

O GAPA: uma proposta de intervenção social

Osmundo Araújo Pinho*

Rosa Beatriz Marinho**

Teresa Vilaça***

O Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS da Bahia - GAPA-BA, fundado em 2 de julho de 1988, se constitui numa entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública no âmbito municipal, que tem por objetivo: promover estratégias educativas para a prevenção da AIDS, lutar contra a discriminação e condutas lesivas aos direitos humanos das pessoas com HIV/AIDS, reivindicar pela adoção de uma política de saúde eficaz, direcionada à AIDS no Brasil, assim como oferecer serviços de atenção e cuidados às pessoas vivendo com HIV/AIDS e seus familiares no âmbito de nossa área de atuação.

A partir de 1989, com apoio da OXFAM-UK, pudemos contar com um pequeno escritório, onde passamos a oferecer serviços à comunidade, como a realização de palestras, suporte emocional e terapêutico para pessoas afetadas pela AIDS, distribuição de preservativos e informações por telefone para a população. Desde este momento o GAPA-BA ganhou uma enorme visibilidade, que resultou numa demanda bastante elevada pelos serviços da entidade. Desde então, e até o final do ano de 1991, o GAPA-BA tornou-se um apagador de incêndios, um concentrador de todas as atividades de caráter não governamental que diziam respeito à AIDS. Além da incapacidade de atender a tantas solicitações, a instituição começou a refletir que este, na verdade, não era o seu papel, e que de instituição reativa, que atendia todo tipo de demandas e urgências, gostaríamos de evoluir para um perfil mais propositivo, que refletisse a leitura que tínhamos da epidemia, qualificando melhor a nossa resposta à AIDS, considerando os limites e possibilidades de nossa intervenção.

No início de 1992 ocorreram mudanças significati-

vas na linha de atuação institucional do GAPA, objetivando-se uma ação que tinha, como pano de fundo, um projeto de intervenção claramente definido e orientado prioritariamente para um trabalho direto com populações em situação de vulnerabilidade social ou potencialmente em risco de contrair o vírus da AIDS, cujas características principais são a situação de pobreza aguda em que vivem e o pouco capital escolar que dispõem. Esse projeto de intervenção previa, ainda, a mobilização de outros atores sociais na responsabilização ao enfrentamento da epidemia; produção regular dos conhecimentos em AIDS acessíveis a estas comunidades; trabalho corpo a corpo orientado para o conhecimento e valorização dos saberes prévios dos grupos abordados, especialmente populações em alto risco de contaminação, enfatizando a auto-estima como meio de promover o autofortalecimento de grupos sociais historicamente excluídos.

Fundamental também na reestruturação da linha de atuação do GAPA-BA foi a introdução do conceito de parceria, comonexo articulador das ações da entidade frente aos seus públicos-alvo. Na consecução dos seus programas, o GAPA-BA tem priorizado a realização de parceria com entidades dos movimentos sociais que representem e/ou atuem junto aos segmentos das populações - alvo da entidade. O trabalho em parceria, além de ter o mérito de articular-se com outras vozes e interesses sociais, guarda o objetivo de também compartilhar a responsabilidade social pelo enfrentamento da AIDS, numa pauta mais ampla das prioridades que movem os diversos movimentos sociais. Ainda no conjunto destas inovações, desempenha papel fundamental a profissionalização dos quadros institucionais, aqui não entendida ou restrita à mera contratação de profissionais pagos, mas sobretudo, relativa à opção da entidade por uma ação profissional, embasada na construção e implementação de estratégias e procedimentos sistemáticos, que objetivassem o aumento da capacidade interna de encontrar respostas de forma mais ágil, com aplicabilidade ampliada e passível de ser monitorada e avaliada.

Desde 93 decidimos alterar a estrutura organizacional da entidade, adotando como modelo um *design* que permitisse maior participação da equipe dos programas na tomada de decisões, bem como horizontalizando as relações de poder entre os membros diretores. Assim, o GAPA-BA conta com uma

Antes de pronunciar essa palavra,

lembre que uma palavra pode

esconder muitos sentidos.

Uma palavra carrega ódio.

Uma palavra carrega repulsa.

Uma palavra carrega desprezo.

Uma palavra exclui.

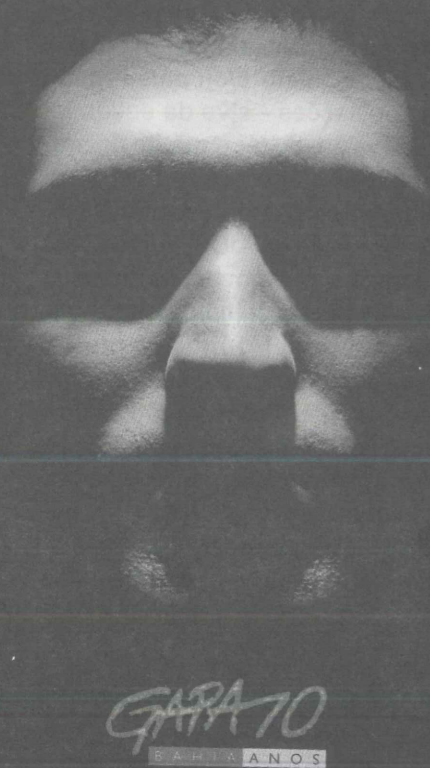
Uma palavra isola.

Uma palavra machuca.

Uma palavra humilha.

Uma palavra, às vezes, mata.

Uma palavra não é só
uma palavra.



GAPA 10
BAHIA ANOS

PRECONCEITO TEM CURA. RESPEITE O PORTADOR DO HIV.

APOIO: FUNDAÇÃO MACARTHUR

Coordenação Executiva colegiada, composta por quatro membros, que propõe, planeja, executa, acompanha e presta contas entre seus membros, em reuniões mensais regulares, ou em reuniões convocadas extraordinariamente, sempre que necessário. O sistema de planificação institucional têm contato, nos últimos dois anos, com o planejamento estratégico como norteador da organização e intervenção da entidade.

Desde 1994 o GAPA-BA participa da Associação Brasileira de ONG'S, a ABONG. A ABONG objetiva representar e promover o intercâmbio entre as ONG'S empenhadas no fortalecimento da cidadania, na universalização dos direitos fundamentais e na consolidação da democracia, reunindo hoje cerca de 230 entidades filiadas e atuando nas cinco macrorregiões brasileiras. Para o GAPA-BA, o significado de participar numa rede de organizações "multi-mediadoras sociais" reside, especialmente, na possibilidade de aumentar a interlocução com diferentes representantes ou mediadores imbricados no complexo tecido social brasileiro, através de fóruns que aprofundem os debates, a cooperação e as parcerias, nacionalmente. Ainda: o desafio que nos colocamos na participação de fóruns como o que caracteriza as reuniões de filiadas da ABONG é de fazer emergir a temática da AIDS na pauta de questões relevantes ao desenvolvimento equitativo da sociedade brasileira, contribuindo para desmistificar a doença como adscrita a grupos proporcionais específicos e circunscrita à esfera biomédica.

O GAPA-BA integra ainda o Comitê Nacional de Vacinas, formado por cientistas vinculados a institutos brasileiros de pesquisas e ONG's/AIDS, que assessoram o Ministro de Saúde do Brasil na formulação de critérios, seleção de candidatos, definição dos protocolos, pesquisas psicossociais com voluntários e definição das questões éticas na testagem de produtos candidatos a vacina preventiva para HIV/AIDS. O GAPA-BA, junto com mais quatro ONG's, foram eleitos no Encontro Nacional de ONG's/AIDS, que reúne cerca de 200 organizações que atuam buscando dar respostas às demandas geradas pela epidemia, com mandato de dois anos. A participação no Comitê Nacional de Vacinas tem a importância de garantir o procedimento ético na testagem de produtos candidatos, assim como, e principalmente, assegurar a participação e controle da sociedade civil nos procedimentos de testagem de vacinas. A participação brasileira em protocolos de testagem reveste-se de considerável importância, por garantir, através da formulação de acordo entre o governo brasileiro e os laboratórios internacionais, que em caso de se tornarem efetivas as vacinas na prevenção ao vírus da AIDS, o Brasil tenha acesso a estas em iguais condições aos países do chamado Primeiro Mundo.

Cenário Contemporâneo da Epidemia de HIV - AIDS

Desde o início da epidemia, ao redor de 28 milhões de pessoas no mundo já foram infectadas com o vírus da AIDS, dos quais destes 25,5 milhões de adultos e 2,4 milhões de crianças. O número de mortes acumuladas pela AIDS já chega a 4,5 milhões de adultos e 1,3 milhões de crianças. Cerca de 42% dos 21 milhões de adultos hoje vivendo com HIV/AIDS são mulheres e esta proporção vem crescendo num ritmo acelerado. Dados coletados em países industrializados indicam que cerca de 60% dos adultos infectados pelo vírus HIV irão progredir para AIDS dentro de 12 a 13 anos, em relação ao momento em que foram infectados. Embora estudos desta natureza em países em desenvolvimento não estejam completos, prevê-se que a progressão da infecção inicial por HIV para o quadro de AIDS seja muito mais rápida do que a ocorrida nos países industrializados.

Para os jovens a situação de vulnerabilidade social frente à AIDS é ainda mais dramática. Segundo dados do Ministério da Saúde do Brasil, 35,5% das pessoas contaminadas com o vírus da AIDS estão na faixa etária entre 15 e 29 anos. Ainda no esteio sombrio dos dados, verifica-se que a maioria dos casos de transmissão ocorre por via sexual, cerca de 54,8%, contra 26,35% de casos de transmissão sanguínea. Vale ainda salientar dois aspectos referentes aos dados mencionados: o primeiro diz respeito a haver um alto índice de subnotificação no país, chegando a alcançar em torno de 50% em várias regiões do Brasil, e o segundo refere-se ao fato de que, como a AIDS é uma doença com um longo período de incubação, os números acima revelam que a maioria das pessoas se contaminaram ainda bastante jovens, provavelmente entre 15 e 25 anos.

Dados como estes, demonstram o caótico contexto socioeconômico e epidemiológico que conforma e confirma a adscrição social dos novos contaminados no país, ou seja, milhões de jovens em idade produtiva e reprodutiva. Índices comparativos sobre instrução e infra-estrutura básica no quadro seguinte permitem ainda visualizar o adverso cenário que se delinea nas regiões mais pobres, para as parcelas jovens da sociedade:

Indicadores Sociais

Especificação	Em %		
	Região Metropolitana Rio de Janeiro	Região Metropolitana São Paulo	Região Metropolitana Salvador
Menores com até 01 ano de instrução	13,4	13,5	17,5
Crianças de 07 a 14 anos analfabetas	16,1	9,3	22,3
Domicílios ligados à rede de esgotos	59,6	53,8	14,4

Fonte: Dados IBGE, Censo 90

Programas de Intervenção para Grupos Específicos

O grupo de beneficiários de nossa ação institucional é constituído de segmentos sociais identificados pela marca comum da extrema pobreza, estigmatização e exclusão sociais. Na medida em que nossa missão institucional prevê justamente uma atuação voltada para estes sujeitos sociais e que toda a metodologia do trabalho é participativa, temos incorporado, na formulação das estratégias institucionais, as demandas e os anseios das nossas populações beneficiárias, bem como temos buscado, ao nível da intervenção jurídica, quando preciso, fazer valer os direitos das pessoas as quais assistimos ou em conjunto desenvolvemos algum tipo de intervenção.

Dentre os diversos programas específicos que temos executado, durante nossa tra-

O grupo de beneficiários de nossa ação institucional é constituído de segmentos sociais identificados pela marca comum da extrema pobreza, estigmatização e exclusão sociais.

jetória, voltados para segmentos sociais específicos, podemos citar os seguintes:

- Programa AIDS e Periferia - O programa AIDS e Periferia vem sendo desenvolvido nos últimos três anos, atingindo 13 bairros periféricos, extremamente carentes em termos de infra-estrutura básica. Estes bairros caracterizam-se por concentrar um grande contingente populacional. Em apenas um dos bairros em que trabalhamos, estima-se que residam cerca de 30.000 pessoas. Através da ação direta do GAPA-BA, capacitamos e formamos 32 agentes multiplicadores, que se distribuem nos bairros e realizam atividades como palestras e cursos para uma média de 25 pessoas por atividade, desenvolvendo ao mês ao menos duas atividades. Os multiplicadores também realizam um importantíssimo trabalho de aconselhamento e informação pessoal e familiar, combinando diferentes técnicas de abordagem. Estimamos que ao longo destes anos atingimos em média 62.000 pessoas em atividades de multiplicação e 3.000 pessoas em atividades de aconselhamento. Em atividades como Dias de Mobilização, promovidos pelo GAPA-BA nos bairros, atingimos cerca de 5.000 pessoas nas diversas atividades. Ao nível dos materiais informativos produzidos para o Programa, distribuimos 25.000 folhetos "Informe-se e Previna-se" e 10.000 Manuais do Educador Comunitário.
- Programa AIDS e Adolescentes em Escolas Públicas e Populares - Realizando atividades de capacitação, atingimos cerca de 300 professores da rede pública e das escolas comunitárias; 90 adolescentes treinados como multiplicadores para pares; 120 educadores em atividades de reciclagens e 55 adolescentes; realizamos cerca de três palestras por mês em média, em escolas onde atingimos um público superior a 100 adolescentes em cada palestra. Através dos materiais informativos e instrucionais desenvolvidos pelo programa, distribuimos ao longo dos últimos quatro anos 50.000 cartilhas para adolescentes, 5.000 cartazes com informações acerca da prevenção; 2.000 Manuais para Pais e Educadores; 2.000 Manuais de Técnicas de Capacitação do Agente Multiplicador; 800 Manuais de Adolescência, Sexualidade e AIDS e cerca de 400 folhetinhos sobre Negociação de

Sexo Mais Seguro para Jovens ("Teste do Amor"). Se considerarmos que 70% dos educadores referiram em pesquisa ter realizado ao menos uma atividade de multiplicação em AIDS, teremos de considerar que nestes quatro anos de intervenção do programa em torno de 80.000 jovens foram beneficiados em suas escolas com algum tipo de informação sobre AIDS. E ao nível das palestras, verificaremos que a média de beneficiados, em cálculos bastante subestimados, está em torno de 3.600 jovens.

- Programa Homo-Bissexuais - Atuando junto a 18 locais de lazer e sociabilização homossexual, o projeto conta atualmente com seis multiplicadores e tem atingido, nas atividades diretas de contato pessoal, cerca de 2.000 pessoas em bares, boates, saunas, cinemas, barracas de praia, e 10.000 indiretamente.
- Programa AIDS e Prostituição Feminina - Vem sendo desenvolvido com a atuação de duas multiplicadoras e a coordenadora do programa, diretamente nas áreas de prostituição, utilizando abordagem corpo a corpo e fazendo reuniões quinzenais. As reuniões contam em média com um público de 30 mulheres e as multiplicadoras trabalham numa área onde se concentram cerca de 200 mulheres. Nos locais de prostituição de rua, fizemos contato com cerca de 80 mulheres. O programa atingiu uma média de 800 mulheres em ação direta.
- Programa AIDS e Adolescentes em Cidades do Interior da Bahia - Tendo capacitado 25 técnicos pertencentes a Secretarias de Educação de 5 cidades do interior do estado, o programa foi desenvolvido por dois anos.
- Programa AIDS, Etnia e Gênero - Atuando junto a cinco grupos culturais e políticos vinculados aos movimentos negros, o programa vem desenvolvendo capacitação junto a 10 membros dos referidos grupos. Produzimos, igualmente, um vídeo intitulado "A Flor da Pele", que integra o programa, distribuído junto a entidades que atuam com AIDS e entidades dos movimentos negros.
- Centro Integrado de Apoio a Pessoa com AIDS - Desenvolvendo várias atividades, o Centro atingiu até hoje cerca de 2.100 pessoas nas diferentes ativi-

dades de atendimento psicológico, aconselhamento pré e pós teste, cursos artísticos manuais, oficinas informativas e assistência jurídica. A média de atendimento do Centro por mês é de 60 pessoas.

- Serviço Disque-AIDS - Funcionando através de uma linha telefônica exclusiva desde 1991, o Serviço Disque AIDS registra até hoje um total aproximado de 22.000 atendimentos realizados.

A Metodologia de Intervenção para Pares como Instrumento de Democratização

Grande parte da estratégia metodológica do GAPA-BA apoia-se na idéia de formação de agentes multiplicadores para pares. Nos diferentes âmbitos onde a ação do GAPA se volta para intervenções junto a públicos específicos, desenvolvemos um esforço de elaboração voltado para a garantia de algumas condições que, a nosso ver, são indispensáveis para a consecução de nosso trabalho. Podemos discutir aqui três dessas condições, que acreditamos formam base última de justificação para nossas opções metodológicas. Primeiro, a que se refere à universalização de direitos fundamentais. Segundo, a construção de um saber partilhado e horizontal. Terceiro, a ênfase na transferência de poder (*Empowerment*). Estes três eixos convergem para um objetivo fundamental, qual seja a auto-organização social de grupos estigmatizados ou socialmente violentados. No que segue, pretendemos discutir como estes três eixos estruturam a ação do GAPA no que tange a formação de agentes multiplicadores pares, de modo a contribuir para o aprofundamento da democracia nas esferas sob nossa influência.

A perspectiva de Universalização dos Direitos Fundamentais

Cada vez mais se estabelece no Brasil a consciência de que uma sociedade organizada e moderna não pode instalar-se satisfatoriamente, sem a atenção aos requisitos fundamentais de igualdade e ga-

A universalização de direitos fundamentais, a construção de um saber partilhado e horizontal e a ênfase na transferência de poder convergem para a auto-organização social de grupos estigmatizados.

rantias jurídicas. O ambiente formador de nossas relações sociais, inversamente, estruturou-se através da desigualdade, já amplamente analisada em bibliografia especializada. Através do nosso lamentável passado – primeiro escravista e depois autoritário – instalou-se o que poderíamos chamar de uma cultura de desrespeito flagrante a direitos já amplamente reconhecidos nos centros difusores de cultura da civilização ocidental e, mesmo no Brasil já aparentemente consensuais. Como lembrava Florestan Fernandes, nos anos sessenta, a percepção da discrepância entre modelos ideais de conduta e comportamentos cotidianos marcou a vida política brasileira de tal forma que parece ter-se naturalizado, o que se expressa, por exemplo, na

tristemente famosa idéia de que "para os inimigos a lei, para os amigos tudo".

Atribui-se, por outro lado, ao nosso legado autoritário a incapacidade institucional que parecemos ter para fazer valer a universalização de direitos. Instituições formadas no ambiente violento e autoritário do passado recente no Brasil - e o exemplo mais óbvio seriam as Polícias Militares - seriam inaptas para operar em um ambiente que valoriza o respeito individual, independentemente da posição social específica ocupada por este ou aquele sujeito.

Parece, do ponto de vista da crítica moderna, impossível construir-se uma sociedade organizada e desenvolvida sem atenção à construção da confiança dos indivíduos diante do estado e de suas instituições. Dito de outro modo, sem direitos não pode existir democracia, sem democracia - política, econômica e cultural - não pode haver desenvolvimento.

A partir dessa compreensão, diversos agentes sociais não-governamentais têm se voltado para: por um lado, forçar o Estado, em suas diversas representações institucionais, a assumir suas responsabilidades na garantia dos direitos individuais; de outro, construir formas orgânicas de luta para fazer valer esses direitos. Assim também o GAPA - BA insiste em que suas ações, tornadas reais pelo tra-

balho dos agentes pares, sejam um elemento de solidificação de uma cultura antiautoritária, antiviolença e de valorização dos direitos. Esta ênfase realiza-se em duas frentes: primeiro, através da formação básica em direitos humanos, que obrigatoriamente consta dos programas de formação dos agentes multiplicadores. Sejam adolescentes de escolas públicas ou rapazes homossexuais, todos os nossos agentes são instruídos e ganham acesso à consciência fundamental da igualdade e da inviolabilidade da pessoa humana; segundo, nos programas nos quais realizamos um acompanhamento mais próximo do trabalho dos multiplicadores - como no programa com trabalhadoras sexuais - procuramos valorizar sempre a ação direta e imediata dos agentes em sua comunidade de origem, como divulgadores e executores de uma conduta pessoal ou coletivamente organizada, baseada na valorização dos direitos. O que, de resto, é perfeitamente coerente com nossa postura institucional, globalmente considerada.

A Construção de um saber partilhado: horizontalidade

Parece-nos difícil conceber estratégias de aprofundamento democrático que não sejam, elas mesmas, democráticas. Um elemento fundamental na

metodologia que empregamos para formação dos agentes e seu trabalho posterior repousa no binômio horizontalidade / valorização dos saberes prévios. Todo trabalho de formação, e a execução mesma das atividades realizadas no âmbito de programas que o GAPA desenvolve para públicos específicos, baseia-se nestes pressupostos.

Temos como filosofia institucional a valorização do saber prévio das comunidades ou grupos sociais com os quais pretendemos interagir. A posição do GAPA como instituição e de sua equipe está muito distante da postura professoral, que estabelece, como base para relação, a cisão entre aquele que sabe e aquele que não sabe. O conteúdo objetivo que pretendemos partilhar com os agentes - pares só ganha sentido na medida em que é incorporado ao repertório prévio já existente naquele grupo, como um conjunto de valores, regras e símbolos concorrentes para organização das relações sociais e da percepção de mundo. Ao invés de despejarmos sobre os sujeitos informações técnicas e genéricas, desgarradas de qualquer contexto, pretendemos criar um canal de comunicação ou uma "zona de troca", onde nosso saber encontre o saber dos Outros, sejam estes Outros adolescentes sob tutela do Estado, militantes de organizações negras ou mulheres pobres da periferia. Esta estratégia reflete-se na produção do material informativo que utilizamos como apoio para o trabalho efetivo dos agentes.

Do mesmo modo, os agentes são levados a perceber que sua ação só faz sentido como educadores para pares na medida em que não se coloquem como exteriores ao campo onde atuam, mas como parte integrante deste, de modo a que, através de procedimentos de mediação, possam interferir horizontalmente como um elemento crítico de discussão de valores e posturas, a fim de que se alterem percepções, não de fora para dentro ou de baixo para cima, mas a partir da atividade auto-reflexiva das comunidades.

Inversamente ao que talvez alguns poderiam argumentar, o trabalho do GAPA, baseado na adoção da metodologia dos agentes-pares, não é uma importação acrítica de um modelo estrangeiro, mas, ao contrário, é o resultado de uma compreensão que considera os sujeitos que constituem nosso público como par-

tes ativas de um processo, que redunde em sua autodefesa diante da epidemia de HIV/AIDS, face à omissão do Estado e às condições de violência e exclusão a que estão submetidos.

Transferência de Poder (*Empowerment*)

O terceiro dos eixos organizadores de nossa metodologia pode ser entendido como o correspondente lógico dos dois outros. Na medida em que, no plano dos conteúdos encontramos a perspectiva da universalização dos direitos, e como requisito metodológico encontramos a horizontalidade, podemos concluir que ambos se reencontram sintetizados na idéia de transferência de poder.

Uma metodologia que incide fortemente sobre direitos individuais inalienáveis e universais, assim como insiste em formas partilhadas e horizontais de construção de poder, aponta para a perspectiva de uma efetiva transferência de poder para setores ou grupos tradicionalmente espoliados da sociedade brasileira. O horizonte determinante para nossa estratégia de trabalho repousa, dessa forma, na criação de condições para que os grupos com os quais interagimos possam desenvolver formas autônomas e independentes de organização para o enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS. De modo a que estes grupos possam construir laços sociais que os constituam como sujeitos empenhados na defesa de suas vidas e de sua dignidade, individual e coletivamente. É claro que a luta contra a epidemia leva a desdobramentos em outras esferas. Como nossa experiência com mulheres tem demonstrado, é impossível discutir-se a prevenção à AIDS sem trazer para o primeiro plano do debate a condição feminina, o enraizado machismo brasileiro, a pobreza, as dificuldades na vivência da sexualidade, etc. O curso da auto-reflexão leva quase sempre à compreensão de que, sem mais poder social mulheres,

afrodescendentes, homossexuais ou qualquer outro grupo, não pode fazer frente aos desafios representados pela epidemia.

Um dos resultados mais positivos da mobilização social, no mundo inteiro, em face ao advento da AIDS, tem a ver com a oportunidade que a epidemia proporcionou para que estruturas impositivas de silenciamento, estigmatização e repressão fossem postas a nu e discutidas abertamente, nos foros do debate público. A chamada feminilização da epidemia no Brasil dá, por exemplo, um caráter de urgência à luta pela superação do machismo, na medida em que, cruamente falando, o que se discute agora é: as mulheres, para corresponderem a expectativas sociais, devem deixar-se contaminar por seus maridos!

Os grupos sociais marginalizados ou subordinados com os quais trabalhamos devem primeiro se reconhecer como sujeitos de direitos, de modo a - sem renunciar à sua especificidade e à sua riqueza cultural como grupos sociais - acumularem poder. Poder de negociação, poder de enfrentamento, poder de determinar os próprios destinos, poder para interpretar a própria condição. Poder para dizer não. Poder para dizer sim.

Não apenas do ponto de vista de um saber técnico atualizado por estes sujeitos, mas também considerando-se o aprendizado mais fundamental de práticas democráticas e de auto-organização, calçadas no fortalecimento da auto-estima, encontra-se o núcleo do processo que chamamos de transferência de poder. É óbvio que este poder é resultante de uma correlação de funções, e não estamos aqui imaginando que o trabalho do GAPA poderá reverter prontamente a distribuição de poder tradicional na sociedade brasileira. Estamos convictos, entretanto, que o sentido de nossa intervenção representa - como modelo - uma contribuição inequívoca, além do que se releva na expectativa de resultados de longo prazo de nossas ações específicas.

“Ninguém gosta de saber que seu companheiro fez sexo com outra pessoa. Eu soube disso da pior forma, através de um exame médico. Meu companheiro me transmitiu o vírus da AIDS. Se você tem um caso fora de sua relação, use camisinha. Por amor a você. Por amor a pessoa que você ama.”

NÃO ABUSE DA SORTE. USE CAMISINHA. GAPA Bahia

*Osmundo Araújo Pinho é antropólogo e membro do GAPA, Área de População Excluída.

**Rosa Beatriz Marinho é socióloga e membro do GAPA, Coordenação Geral

***Teresa Vilaça é historiadora, educadora e membro do GAPA, Área de Adolescentes.